

BC faz contas de olho na 'prime'

VALTER MELO

O déficit público dos Estados Unidos impede a redução das taxas de juros naquele país — a *prime rate* — e, conseqüentemente, dificulta o pagamento da dívida externa do Brasil e das demais nações do Terceiro Mundo, assim como o déficit do governo brasileiro é um empecilho para que as taxas de juros internos se reduzam a patamares mais baixos. O Banco Central está torcendo para que a *prime* não ultrapasse os 9,5%, a média que vem sendo observada desde junho passado. Uma oscilação para mais afeta drasticamente o Brasil, uma vez que 78,5% da dívida brasileira de US\$ 99,258 bilhões sofre influências dos juros internos dos EUA.

Segundo uma análise do Departamento Econômico do Banco Central, o crescimento da economia norte-americana, no terceiro trimestre deste ano, reduziu as possibilidades de, a curto prazo, o Federal Reserve afrouxar ainda mais sua política monetária. Além disso — ainda segundo o BC —, a necessidade de recursos para financiar o déficit orçamentário do governo Reagan tem-se constituído em fator limitativo para o declínio das taxas de juros nos Estados Unidos.

Já o presidente do Banco Central, Fernão Bracher, em rápido discurso proferido no último dia 12, ao Comitê Assessor da Dívida Brasileira, em Nova York, advertiu que nas condições internacionais atuais — desde que não ocorra um recrudescimento do protecionismo internacional e que as taxas de juros não se elevem —, o Brasil poderá conseguir no próximo ano resultados semelhantes aos de 1985, ou seja, superávit na balança comercial (exportações menos importações) de US\$ 12,5 bilhões e um saldo global do balanço de pagamentos (resultado de todas as transações comerciais do Brasil com o resto do mundo) de US\$ 700 milhões.

De qualquer forma, o presidente do Banco Central, assim como os credores do Brasil, não estão seguros de que a conjuntura econômica internacional vá apresentar-se melhor que hoje, pois sempre há o risco de o Terceiro Mundo sofrer convulsões e deixar de honrar os US\$ 600 bilhões de sua dívida para com a comunidade financeira, e que o governo dos EUA não inicie uma política de

redução de seu déficit. Essa insegurança com relação ao futuro influiu para que o Brasil, indo ao encontro com as preocupações dos banqueiros, propusesse ao Comitê Assessor o reescalonamento da dívida vencida em 1985 (US\$ 6 bilhões) e a vencer em 1986 (de US\$ 9 bilhões) para pagamento no futuro, ao invés de enfrentar um reescalonamento de longo prazo.

O fato do governo atual ter dispensado novos empréstimos dos bancos neste ano e em 1986 não funcionou, aparentemente, como elemento de barganha com os credores, que se fixaram mais na negativa do Brasil de assinar um acordo com o FMI. Em relação ao Fundo, Bracher foi taxativo, numa entrevista à imprensa, na semana passada: "Não ti-

vemos boas experiências com o Fundo".

Sem um acordo formal com o FMI, o governo tem se mostrado pró-digo em prestar informações sobre o desempenho da economia brasileira àquela instituição. Na visita que fez ao diretor-gerente Jacques de Larosière, na segunda quinzena deste mês, Bracher se esmerou a destriçar detalhes sobre o "pacote" econômico aprovado em 5 de dezembro pelo Congresso Nacional. Larosière não se considerou satisfeito e pediu ao presidente do Banco Central que lhe enviasse um *paper* mostrando claramente os efeitos das medidas econômicas no combate ao déficit público. No BC, a expectativa é muito grande no sentido de que o FMI aprove informalmente o "pacote" e dê o sinal verde aos bancos credores.

Endividamento Externo

Discriminação

Discriminação	Dezembro/1984		Março/1985	
	Valor	Part. Perc.	Valor	Part. Perc.
1 - Dívida de médio e longo prazos (registrada)	91.091	91,3	90.984	91,7
1.1- Empréstimos do FMI	3.967	4,0	3.846	3,9
1.2- Bônus	1.737	1,7	1.645	1,7
1.3.1- Entidades internacionais	5.714	5,7	5.986	6,0
1.3.2- Agências governamentais	6.173	6,2	6.184	6,2
1.3.3- Outros créditos de fornecedores	6.492	6,5	6.340	6,4
1.4- Empréstimos em moeda	66.467	66,6	66.450	67,0
1.4.1- Resolução nº 63	13.630	13,6	13.196	13,3
1.4.2- Lei nº 4.131 e Instrução nº 289	52.837	53,0	53.254	53,7
1.5- Empréstimos diversos	541	0,6	533	0,5
a- Dívida registrada com bancos	68.111	74,8	67.995	74,7
b- Dívida Registrada com não bancos	22.980	25,2	22.989	25,3
2-Dívida Não-Registrada	8.674	8,7	8.274	8,3
2.1-Linhas de Crédito de Import. de Petróleo	3.309	3,3	3.282	3,3
2.2-Outras Linhas de Crédito	370	0,4	141	0,1
2.3-Bancos Comerciais (líquido)	4.595	4,6	4.600	4,6
2.4-Débitos Diversos (líquido)	100	0,1	100	0,1
2.5-Operações Especiais	300	0,3	151	0,2
2.5.1-Pagamentos em Atraso				
2.5.2.-Clube de Paris em Trânsito e outros	300	0,3	151	0,2
3-Dívida Total (1+2)	99.765	100,0	99.258	100,0
Total Exclusive haveres de Bancos Comerciais	102,039		101.394	

Fonte: Banco Central do Brasil